



Sumário

<i>Nota Introdutória à 6ª Edição</i>	13
<i>Nota Introdutória à 1ª Edição</i>	13
<i>Nota Introdutória a 2ª Edição</i>	14
<i>Nota Introdutória a 3ª Edição</i>	15
<i>Nota Introdutória à 4ª Edição</i>	17
<i>Nota Introdutória à 5ª Edição</i>	18

1. Mandado de Segurança Individual: Visão Panorâmica

1.1 Breves considerações	19
1.2 Liquidez e certeza do direito	20
1.3 Existência de recurso com efeito suspensivo	22
1.4 A autoridade coatora	23
1.4.1 A autoridade coatora diante de competência vinculada	25
1.5 Custas, honorários advocatícios e prazo de interposição	27

2. Mandado de Segurança Coletivo: Visão Geral

2.1 Considerações gerais	29
2.1.1 Direito líquido e certo	31
2.1.2 Atos ilegais ou abusivos de autoridade	32
2.2 Direito coletivo e difuso	32
2.3 Objeto do mandado de segurança coletivo	33
2.3.1 Legitimidade dos sindicatos	34
2.3.2 Associações	37
2.3.3 Competência dos partidos políticos para impetração do mandado de segurança coletivo	42
2.4 Atos coatores no mandado de segurança coletivo	46
2.4.1 Consequências	49
2.5 Efeitos da sentença no mandado de segurança coletivo	50
2.5.1 A coisa julgada	51

3. A Autoridade Coatora e o Sujeito Passivo no Mandado de Segurança

3.1 Agentes públicos como autoridades coadoras	53
3.2 Sujeito passivo do mandado de segurança	54
3.3 Legitimidade recursal da autoridade coatora	55



3.4 Autoridade e poder de decisão	57
3.4.1 Dever de fundamentar	60
3.4.2 “Deslocamento” da autoridade coatora	60
3.5 Domicílio tributário	61
3.6 Fonte retentora de tributo	62
3.7 Atos de controle	63
3.8 Atos complexos	64
3.9 Atos de órgãos colegiais	65
3.10 Possibilidade de impetração de mandado de segurança contra ato judicial	65
3.10.1 O agravo nos termos da Lei 9.139, de 30 de novembro de 1995	67
3.10.2 O mandado de segurança contra ato judicial é atípico	71
3.10.3 Objetos diferentes do mandado de segurança típico e atípico	71
3.11 O mandado de segurança contra ato judicial é nova ação	73
3.12 Matéria apenas de direito e indicação errônea da autoridade coatora	84

4. O Ato Coator no Mandado de Segurança Individual e Coletivo

4.1 O ato coator	88
4.1.1 O problema do justo receio	89
4.1.2 Conceito de ato administrativo	90
4.1.2.1 Elementos de definição	90
4.1.2.1.1 Norma concreta	90
4.1.2.1.2 Regime jurídico	91
4.1.2.1.3 Norma emanada pelo Estado ou por quem esteja no exercício da função administrativa	92
4.1.2.1.4 Finalidade de criar, extinguir modificar ou declarar direitos	93
4.1.2.1.5 Relações jurídicas entre o Estado e o administrado	94
4.1.2.1.6 Ato contrastável pelo Poder Judiciário	94
4.2 O ato coator em procedimentos administrativos	95
4.3 Os atos coatores de trato sucessivo e a decadência	96
4.4 O ato coator nos atos de controle	98
4.4.1 Atos complexos	100
4.5 Atos colegiais	101
4.6 Devido processo legal no Estado Democrático de Direito e sua importância para o controle dos chamados atos políticos emanados pelo Executivo e os “interna corporis” do Legislativo e do Judiciário	



4.6.1 Devido processo legal	102
4.6.2 Ato "interna corporis"	105
4.6.3 Os regimentos internos do Legislativo, Judiciário ou outros quaisquer atos internos	109
4.7 Os atos políticos também podem ser constritores	121

5. A Liminar no Mandado de Segurança

5.1 A tutela antecipatória e a liminar no mandado de segurança	123
5.2 Discricionariedade e interpretação	128
5.3 Discricionariedade judicial	132
5.4 Concessão da liminar	134
5.4.1 Temperamentos à concessão da liminar	135
5.4.2 A relevância do fundamento e a ineficácia da medida	138
5.4.3 O relevante fundamento	139
5.4.4 A necessidade de interpretação adequada da lei	142
5.5 Concessão da liminar subordinada à garantia	143
5.5.1 Diferenças entre a liminar no mandado de segurança e na cautelar	145
5.5.2 A necessidade de fundamentar a exigência da caução	146
5.5.3 Jurisprudência dos tribunais	147
5.6 "Quid juris" se negada a liminar?	152
5.6.1 O agravo de instrumento	152
5.6.2 O agravo interposto diretamente aos tribunais	155
5.7 Possibilidade de interposição de agravo regimental do indeferimento da liminar pelo relator, nos tribunais	156
5.8 Possibilidade de reparação se negada indevidamente a liminar	157
5.9 A suspensão da liminar se desaparecerem seus pressupostos	158
5.9.1 A cassação da liminar ou sua absorção por sentença denegatória	159
5.9.2 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário por ordem judicial	160
5.10 Distinção entre sanções administrativas e penais	161
5.10.1 Uma leitura adequada da Súmula 405 da Suprema Corte e a inafastabilidade do controle jurisdicional	163
5.10.2 Providências fiscais se cassada a liminar	164
5.10.3 Impossibilidade de se atribuir efeitos retroativos às sentenças	165
5.10.4 A solução dada pela Lei federal 9.430, de 27.12.1996	166
5.11 Motivação das decisões	167



6. A Suspensão da Liminar ou da Sentença Proferida em Mandado de Segurança (Artigo 4º da Lei 4.348/64)

6.1 Considerações introdutórias	169
6.1.1 Conceito de grave lesão à saúde, à ordem e segurança públicas	171
6.1.2 Conceito de grave lesão à economia pública	172
6.1.3 Impossibilidade do exame da legalidade da decisão de primeira instância	173
6.2 Possibilidade de pedido de suspensão	174
6.2.1 Breve nota sobre a discricionariedade	176
6.2.2 A decisão suspensiva e a motivação	177
6.3 A avaliação técnica (interpretativa) dos pressupostos fáticos difere do mérito do ato	178
6.4 O afastamento da possibilidade da lesão grave	178
6.4.1 A via ressarcitória	179
6.5 O pedido de suspensão e a interposição do agravo	187
6.6 A interposição do agravo em face de decisão que indefere o pedido de suspensão	193
6.7 A duração dos efeitos da suspensão de segurança	195

7. Possibilidade de Impetração do Mandado de Segurança por Pessoa de Direito Público (a União)

7.1 O Estado de Direito é garantia do cidadão	198
7.2 Possibilidade de impetração de mandado de segurança pela pessoa de direito público	199
7.3 Pressupostos para impetração do mandado de segurança	199
7.3.1 Alargamento no texto constitucional do conceito de autoridade coatora	200
7.4 O mandado de segurança contra ato judicial	202
7.5 O mandado de segurança típico, como historicamente concebido	203
7.6 O mandado de segurança atípico contra ato judicial	203
7.6.1 Objetos diferentes do mandado de segurança típico e atípico	203
7.7 A União como impetrante	204
7.8 A suspensão da liminar ou da sentença	204
7.9 A autoridade coatora e o sujeito passivo no mandado de segurança contra ato judicial	207
7.10 Conclusões	208

8. Efeitos da Sentença Proferida em Mandado de Segurança

8.1 Tipos de sentenças proferidas em mandado de segurança	210
---	-----



8.2 Relações jurídicas continuativas	211
8.3 Quando a sentença faz e quando não faz coisa julgada	
8.3.1 Quando a sentença não faz coisa julgada	213
8.3.2 Quando a sentença faz coisa julgada	215
8.4 Efeitos patrimoniais da sentença em relação aos atos anteriores à data de impetração	219
8.5 O recurso da sentença proferida em mandado de segurança	221
8.6 Efeito apenas devolutivo das sentenças proferidas em mandado de segurança	222
8.6.1 O efeito devolutivo é o inerente à sentença proferida em mandado de segurança	226

9. Efeitos da Sentença em Matéria Tributária

9.1 Introdução	228
9.2 Conceitos de relação jurídica e relação jurídico-tributária	229
9.3 Distinção das relações jurídicas tributárias	231
9.4 Acórdãos da Suprema Corte	233
9.5 Sumulando	236
Bibliografia	239
Índice Remissivo	251
Índice Onomástico	257
Relatores da Jurisprudência citada	259